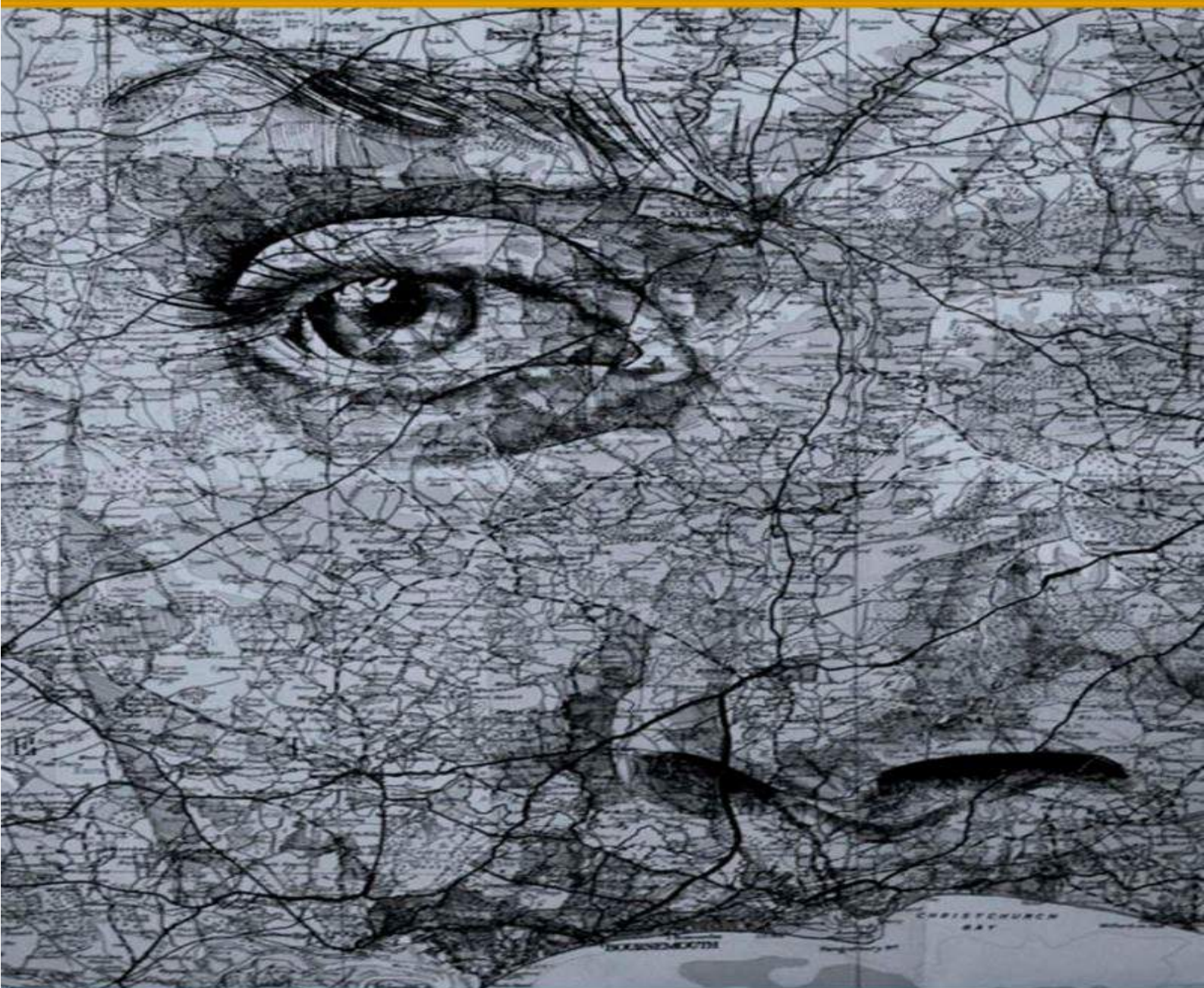


JADSON LUIS REBELO PORTO
IURI CAVLAK
ANDRIUS ESTEVAM NORONHA

FACES DA FRONTEIRA:

ENTRE HISTÓRIAS E ESPAÇOS; ENCONTROS E DESENCONTROS



V. 3
MACAPÁ
2018

**JADSON LUIS REBELO PORTO
IURI CAVLAK
ANDRIUS ESTEVAM NORONHA**

**FACES DA FRONTEIRA: Entre histórias e espaços, encontros e
desencontros**

V. 3

MACAPÁ
2018



Copyright © Iuri Cavlak; Jadson Luís Rebelo Porto; Andrius Estevam Noronha.
Direitos desta edição reservados aos autores. A reprodução total ou parcial desta obra está autorizada somente com a sua citação e crédito aos autores.

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Jefferson da Silva Martins
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Aretha Barros Silva
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Conselho Editorial

Artemis Socorro do N. Rodrigues
César Augusto Mathias de Alencar
Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala
Daize Fernanda Wagner Silva
Elinaldo da Conceição dos Santos
Elizabeth Machado Barbosa
Elza Caroline Alves Muller
José Walter Cárdenas Sotil
Luis Henrique Rambo

Marcus André de Souza Cardoso da Silva
Maria de Fátima Garcia dos Santos
Patrícia Helena Turola Takamatsu
Patrícia Rocha Chaves
Robson Antonio Tavares Costa
Rosilene de Oliveira Furtado
Simone de Almeida Delphim Leal
Simone Dias Ferreira
Tiago Luedy Silva

Porto, Jadson Luís Rebelo; Cavlak, Iuri; Noronha, Andrius Estevam.
Fases da fronteira: entre histórias e espaços, encontros e desencontros / Jadson Luís Rebelo Porto;
Iuri Cavlak; Andrius Estevam Noronha. – Macapá, EDUNIFAP, 2018. v. 3, 146 p.: il.

ISBN: 978-85-5476-040-3

1. Fronteira. 2. Fronteira. I. Porto, Jadson Luís Rebelo. II. Cavlak, Iuri. III. Noronha, Andrius Estevam. IV. Título.

CDD: 900

Capa: Rosana Palmeirim e Alice dos Santos Palmeirim



Editora da Universidade Federal do Amapá

Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade, Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

AUTORES

Alejandro Schweitzer: Docente da Licenciatura e professorado em Geografia e do Doutorado em Ciencias Sociales y Humanidades na Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Argentina. Doutor em Geographie, Aménagement, Urbanisme, Pós-doutor em Geografia-Planejamento regional e urbano. Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas no Centro de Investigación y Transferencia Santa Cruz (CIT Santa Cruz/CONICET). Co-coordenador do Grupo de Trabalho CLACSO "Fronteiras, integração e globalização". E-mail: alejandro.schweitzer@gmail.com.

Andrius Estevam Noronha: Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor de História Moderna pela Universidade Federal do Amapá. Membro do Centro de Estudos Política, Religião e Sociedade CEPRES. Email: andriusds@hotmail.com.

Cecília Maria Chaves Brito Bastos: Doutora em Educação. Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Professora vinculada ao Colegiado do Curso de História da UNIFAP. E-mail: cc.bastos@uol.com.br

Christian Topalov: Sociólogo. É Doutor em Estado das Artes e Humanidades (1985). e diretor na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Lecionou em várias universidades no Brasil, Itália, México, Suíça e Estados Unidos. Membro nomeado do Conselho Científico da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2011-2013). Co-fundador da revista Genèses. Ciências Sociais e História, ele foi um membro do seu conselho editorial de 1989 a 2017 Seus interesses de pesquisa incluem o estudo comparativo da reforma e a sociologia dos reformadores do início do século XX na Grã-Bretanha, na França e nos EUA, a história das ciências sociais em relação à reforma e a modelagem dos vocabulários urbanos. E-mail: christian.topalov@ehess.fr.

Iuri Cavlak: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp de Assis). Professor Permanente e Coordenador do Programa de Mestrado em Ensino de História, Professor Permanente do Programa de Mestrado em Estudos de Fronteira e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor do Colegiado de História da UNIFAP. E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br.

Karolliny Melo Ferreira Diniz: Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH). Mestranda em educação (PPGED/AP) pela Universidade Federal do Amapá. Professora substituta do Colegiado de História na Universidade Federal do Amapá. Tem experiência de pesquisa em História da Companhia de Jesus, História das Elites, Arqueologia com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica. Membro do Conselho Consultivo da ANPUH-AP, pesquisadora do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES) e do Laboratório de Estudos de História Social do Trabalho da Amazônia (LEHSTAM). E-mail: karol.niz@hotmail.com.

Jadson Luís Rebelo Porto: Geógrafo. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, Brasil. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau; Pós-doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra; Pós-doutor em Espaço Social pela Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Argentina.

Integrante da Academia de Letras José de Alencar, Curitiba, Paraná, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NESUR/UNIFAP). E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Homepage: www.jadsonporto.blogspot.com.br.

Marília Pantoja do Nascimento: Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História, Especialista em História da Amazônia, Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá. Professora de História da Rede Pública do Estado do Amapá. E-mail: profmarilianascimento@gmail.com.

Miguel Patrice Philippe Dhenin: Cientista Político; pela Université de Versailles Saint-Quentin en Yvelines (UVSQ), França. Professor Substituto concursado do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em co-tutela internacional com a Université Paris III Sorbonne-Nouvelle (França). Pesquisador no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL), Centre de Documentation des Amériques (CREDA) na linha de pesquisa Grands Espaces - UMR 7227 do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França. É membro do LEPEB, Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEPEB) do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), na linha de pesquisa Política Externa e Segurança Planetária. Suas pesquisas e publicações no âmbito nacional e internacional dialogam com as seguintes áreas: Defesa, Estudos Estratégicos, Forças Armadas, Geopolítica, Segurança Internacional e Segurança no Entorno Estratégico brasileiro. E-mail: miguel.dhenin@gmail.com.

Roni Mayer Lomba: Doutor em Geografia (USP); pós doutorando (CONICET-UNPA); Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011); pós-doutorando em Ciências Sociais (CONICET-UNPA). Professor efetivo na Universidade Federal do Amapá na área de Geografia Regional (Graduação) e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Geografia Urbana e Agrária, Turismo e meio ambiente. E-mail: ronimayer@hotmail.com.

Simone Garcia Almeida: Pós-doutora em Linguística. Doutora em História Econômica. Mestre em História do norte e nordeste do Brasil. Professora vinculada ao colegiado do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: simonepgarcia@uol.com.br.

SUMÁRIO

	Pag.
APRESENTAÇÃO	7
PETITE HISTOIRE DE LA FRONTIÈRE, EN FRANCE <i>Christian Topalov</i>	10
A PRESENÇA EFETIVA DO EXÉRCITO NA FAIXA DE FRONTEIRA: O PAPEL DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NO ACRE E RORAIMA – BRASIL <i>Miguel Patrice Philippe Dhenin</i>	35
A NATUREZA FRAGMENTADA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO AMAPÁ-BRASIL <i>Roni Mayer Lomba; Alejandro Schweitzer</i>	61
NAS FRONTEIRAS DO JARI: RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI <i>Marília Pantoja do Nascimento</i>	75
A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NAS CARTAS EDIFICANTES DOS JESUÍTAS CROSSARD, LAVIT E FAUQUE NAS MISSÕES FRONTEIRIÇAS DE CAIENA E KOUROU ENTRE 1728-1729. <i>Karolliny Melo Ferreira Diniz; Andrius Estevam Noronha</i>	96
DIREITOS INDÍGENAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS ECONÔMICOS NA HISTÓRIA RECENTE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE/AP <i>Simone Garcia Almeida; Cecília Maria Chaves Brito Bastos</i>	117
U M A REPÚBLICA NA FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DA GUIANA (CUNANI) <i>Iuri Cavlak</i>	137

A NATUREZA FRAGMENTADA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO AMAPÁ – BRASIL

*Roni Mayer Lomba
Alejandro Schweitzer*

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá, na Amazônia brasileira, é atualmente caracterizada por sua considerável área destinada à preservação. Em números totais isso representa mais de 70% de território considerando apenas as unidades de conservação, terras indígenas, quilombos e assentamentos agroextrativistas. Expandindo para áreas de reserva legal, terras de marinha e outros esse número é ainda maior, o que faz deste ente federativo, um dos mais “preservados” do país.

As áreas protegidas começam a ser pensado em âmbito local no final da década de 1970 e efetivado nas décadas seguintes, especialmente nos anos 80 e 90 do século XX. Fazem parte dos resultados de acordos internacionais assinados pelos países para reduzir a degradação do meio ambiente, preservar espécies da flora e fauna ameaçadas e reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

A sociedade capitalista moderna se caracteriza pela transformação do espaço (e da natureza) em mercadorias. Os elementos desta natureza são concebidos como recursos (minerais, florestais e outros), transformados pelo trabalho humano e apropriados de forma desigual por meio da apropriação da mais valia (absoluta e relativa) na famosa relação de classe Capital X Trabalho do “O Capital” de Marx (1988).

Uma sociedade antagônica composta para capitalistas e trabalhadores não poderia existir sem intensos e apocalípticos conflitos. Para isso, a existência do Estado moderno burguês segundo Engels (1984) é fundamental para conter direta ou indiretamente o estado de coisas (minimizar os efeitos da luta de classes). O Estado se apresenta como um ente, acima de tudo e todos, com seus instrumentos de ordem/repressão (justiça, exército, polícia) garantindo a liberdade necessária para circulação e acumulação do capital, mas também, decorrente das pressões sociais será o agente responsável em promover garantia de bem-estar social e

ambiental, definir regras e leis que podem garantir alguma qualidade de vida maior comparado a gerações anteriores.

A criação de áreas protegidas parte a priori, das análises ambientais que apontam a crise do capital em relação a natureza/recurso numa sociedade de consumo global. A impossibilidade do crescimento econômico com base na pilhagem de um ambiente não renovável impõe um freio a expansão capitalista, a necessidade de repensar a produção e consumo assim como a geopolítica exercida pelos Estados. O contexto da criação de áreas protegidas nos coloca num questionamento sobre: “Preservar/proteger o que/de quem, para que/para quem?” “protegemos ou preservamos de nós/ou para nós”?

Consideramos pertinente a criação de áreas protegidas, não apenas no âmbito de análise do recorte territorial na concepção de “natureza intocada” na crítica de Diegues (2001), no qual são criados fragmentos (parques) de áreas de florestas, mares, rios e outros, mas essencialmente em repensar o modo de produção do espaço, não voltado a produção banal de mercadorias, mas sim, em um outro pensar/analizar a sociedade e território, para a sociedade, não somente para o capital. Fazendo essa primeira explanação, voltamos ao nosso objeto. Quais razões, situações e consequências possibilitaram a criação de áreas protegidas no Amapá? Parte de uma análise marxista sobre a produção do espaço e suas dinâmicas. Para tanto, compreendemos a construção histórica do Amapá, a definição das fronteiras, o destino/uso de seu território (pelo capital, Estado e sociedade) para enfim fazer a análise deste a partir de suas áreas de preservação, seus impactos e possibilidades.

O AMAPÁ: ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

O estado do Amapá se encontra localizado na região Norte do Brasil, com grande parte ao norte da Linha do Equador. Faz limite ao Sul e Oeste com o Estado do Pará, a Norte e Noroeste com a Guiana Francesa e Suriname, respectivamente, e a Leste como o Oceano Atlântico (PORTO, 2005; BRITO, 2010). Possui uma extensão territorial de 142.827,89 km², com 16 municípios, e uma população de 669.526 habitantes, sendo 89,8% urbana e 10,2% rural (IBGE, 2010).

A economia deste estado está baseada no extrativismo vegetal e na mineração. A agricultura é caracterizada pela produção de excedentes com trabalho familiar, enquanto a pecuária, pela criação extensiva de bubalinos e de gado vacum (LOMBA; SILVA, 2014). A

produção primária se apresenta insuficiente para atender a demanda local, o que acarreta na importação de produtos alimentares de outros estados (LIMA, 2005).

De forma sintética podemos tratar a historiografia do estado da seguinte maneira:

- Apropriação territorial (colônia) pela Espanha no século XVI fundindo com Portugal entre 1580-1640 (Coroa Ibérica). Espanha não efetiva ocupação da região que passa então a ser tomada pelos portugueses com construção de fortes e anexação;
- Disputas territoriais com Holanda e França que posteriormente vão efetivar colônias em antigas terras espanholas ao norte do continente sulamericano (Suriname pela Holanda e Guiana pela França). A disputa pelos limites territoriais teve um capítulo no Tratado de Utrecht em 1713, mas só foi efetivamente reconhecido a partir do Laudo de Berna em 1900. Em todo processo que percorre do século XVI a início do XX houve várias tentativas de consolidação da ocupação européia (sem sucesso) e brasileira, formando uma economia extrativa dispersa pautada na exploração de produtos da floresta valorizadas no mercado europeu (borracha, castanha e especiarias);
- Até 1943, o Amapá era parte do território paraense. O Presidente Getúlio Vargas toma a decisão de criar Territórios Federais em regiões de faixa de fronteira com histórico de conflitos. Em suma, efetivar a presença do estado brasileiro em regiões pouco povoadas, como o caso apresentado. Nessa etapa do povoamento são oferecidas condições e vantagens econômicas para grandes capitais se estabelecerem, como o caso da exploração mineral pela ICOMI (capital brasileiro e norteamericano) na década de 1950/60; agrícola, florestal e mineral para o Projeto Jari (capital norteamericano) além da abertura de fazendas para exploração extensiva da pecuária bubalina;
- Redemocratização do país, implantação de um nova constituição em 1988 e nela a extinção dos territórios federais existentes sendo transformados em estados federativos. Destacam-se portanto a estruturação do Estado com o poder executivo, judiciário e legislativo.
- Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o Amapá cujo território era pouco povoado, possuía grandes áreas de florestas e a terra ainda em grande parte era pública. Nelas puderam ser estabelecidas áreas protegidas tais como: as terras indígenas Uaçá (1992) e Waiãpi (1996). reconhecendo o direito a terra dos povos tradicionais (GALLOIS ; GRUPONI, 2003).
- Em 1980 foram criadas as primeiras áreas de conservação de âmbito federal, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): o Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Biológica do Lago Piratuba. Em 1981 é criada a Estação Ecológica

Maracá-Jipioca, em 1982 a Estação Ecológica do jari. Em 1989, a Floresta Nacional do Amapá, em 1990 a Reserva Extrativista do Rio Cajari e em 2002 o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Além destas, há outras 5 reservas particulares do patrimônio natural (RPPN): REVECON, Seringal Triunfo e Retiro Boa Esperança, Retiro Paraís e Aldeia Ekinox (BRITO, 2010).

- O Estado do Amapá criou suas áreas protegidas geridas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente: Reserva Biológica do Parazinho (1985), a Reserva Biológica da Fazendinha em 1984 (alterada para Área de Proteção ambiental em 2004), a Área de Proteção Ambiental do Curiaú em 1998, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (1997), a Floresta Estadual do Amapá (2006). Somam-se a essas as áreas de proteção municipais, sob gestão das secretarias de meio ambiente dos municípios: Parque Natural Municipal do Cancão (em Serra do Navio) e Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo (em Pedra Branca do Amapari) (BRITO, 2010).

- Somam-se a estas, os assentamentos rurais do Amapá criados no final da década de 1980 e 1990 em diante pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que dispõe de um total de 15,7% do território amapaense. Quase a totalidade dos mesmos encontram-se em áreas de floresta amazônica, o que impõe 80% de área de proteção (reserva legal). No Amapá temos o caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá, de caráter muito próximo a reserva extrativista, que sozinho dispõe de 569.208 hectares (FILOCREÃO; SILVA, 2016).

- Os territórios quilombolas também se conformam como área protegida, são áreas ancestrais reivindicados por grupos quilombolas e geridos pelo INCRA. No Amapá são 32 áreas em processo de titulação, sendo 5 os territórios reconhecidos: Quilombo do Cúriau, Mel da Pedreira, Rosa, Cunani e Conceição do Macacoari (CAMPOS, 2018).

Assim, temos a seguinte configuração do território amapaense:

- As áreas protegidas como afirmamos, compreendem grande parte do território do Amapá. As áreas em branco no mapa representam as aquelas ainda não destinadas oficialmente. Desde sua criação, a classe política local reivindica a transferência das terras da jurisdição federal para estadual, cerca de 12% do território. Nessas áreas encontram-se territórios quilombolas que estão em fase de estudos, posses de terras, áreas de marinha (oficialmente também pertencentes a federação enquanto áreas de proteção) entre outros.

- O discurso da classe política local pelo repasse da jurisdição das terras está embasado na transformação do Amapá em um produtor de grãos para exportação pelo uso privado da terra. Tendo em vista sua localização estratégica para escoar mercadorias pelo porto de Santana, que detém 11 m de calado no rio Amazonas, tais terras podem ser utilizadas para produção de commodities. Porém inúmeras denúncias, trabalhos acadêmicos e publicações vem sendo realizadas sobre apropriação ilegal da terra (grilagem) sobre áreas quilombolas, posseiros entre outros (ESQUERDO, 2018 e CPT 2013, 2014, 2015, 2016).

- As áreas protegidas no Brasil são classificadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) pelo grau restrição de atividades humanas. São divididas em: Unidades de Proteção Integral que tem por objetivo a preservação sem a presença humana, permitindo apenas o uso indireto dos recursos (pesquisa científicas e em algumas o ecoturismo); Unidades de Uso Sustentável permite a exploração dos recursos ambientais renováveis com a manutenção das populações tradicionais que ali viviam antes da criação da unidade.

- No Amapá se caracterizam por Unidades de Proteção Integral: Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Biológica do Lago Piratuba, Estação Ecológica Maracá-Jipioca, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Reserva Biológica do Parazinho e as 5 RPPNs citadas. Todas as outras áreas citadas anteriormente se enquadram no regime de Unidades de Uso Sustentável. As terras indígenas possuem autonomia de uso e preservação pelas respectivas populações tradicionais, porém são geridas pelo Estado a partir da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou seja, as terras continuam públicas, assim como os territórios quilombolas que são geridas pelo INCRA (GALLOIS ; GRUPONI, 2003); INCRA, 2007).

MEIO AMBIENTE E GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA E AMAPÁ: USOS E CONFLITOS DO TERRITÓRIO

Becker (2005), Martins (2009), Gonçalves (2001), Goldeintein e Seabra (1982), entre outros autores brasileiros, discutiram exaustivamente o uso e ocupação do território amazônico, a geopolítica e regionalização exercida. Por longo tempo (especialmente entre a segunda metade do século XIX e início do XX) a região esteve associada a exploração dos recursos naturais (borracha, castanhas, especiarias) voltados par ao mercado externo e com pouca integração regional interna. É nesse período que se estabelecem as burguesias políticas

e econômicas locais e a conformação de dois importantes centros urbanos regionais: Belém no estado do Pará e Manaus no estado do Amazonas.

Após a crise econômica internacional das exportações regionais, especialmente a borracha, a decadência econômica impera. Para reverter isso, o Estado brasileiro vai criar políticas de desenvolvimento regional de incentivos, e assim, no final da década de 1950 a Amazônia passa definitivamente a ser integrada ao mercado interno a partir da construção de rodovias, políticas de povoamento e incentivos a grandes projetos econômicos (minerais e agropecuários). Tratam-se das políticas desenvolvimentistas que iniciam no Governo Kubitschek e atravessam o período dominado pela ditadura militar (1964-1984). Visam dotar de infra-estrutura, especialmente rodovias que garantissem a circulação de pessoas e capital, formação de núcleos urbanos, projetos de colonização (reforma agrária), incentivos aos latifúndios e grandes empresas (minerais e agropecuárias) a partir de isenções fiscais, e transformação de Manaus em Zona Franca possibilitando a industrialização.

Os resultados, não podiam ser diferentes, foram catastróficos. Em termos ambientais elevou-se consideravelmente o desmatamento e ameaça de extinção da flora e fauna. Elevou-se o povoamento com a urbanização e o crescimento econômico, porém, aquém das expectativas. Em termos sociais, a Amazônia se torna a região com estrutura fundiária mais conflituosa do país, com grandes capitais envolvidos em grilagem de terras, exploração de trabalho análogo a escravidão (OLIVEIRA, 2007). Grupos indígenas foram eliminados ou confiados assim como populações diversas.

Nessa condição caótica e contraditória, movimentos sociais de luta pela terra ou território passaram incessantemente a disputarem o paradigma contra o grande capital, dessa vez aproveitando o cenário internacional mais favorável as causas dos povos tradicionais. A igreja católica amparada nas comissões (luta pela terra – CPT e indigenista missionário – CIMI) com a filosofia da teologia da libertação tem importante papel na organização e resistência desses povos. A presença de ONGs e toda atmosfera criada para preservação da natureza a partir da Conferência Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo – 1972 forçaram o Estado brasileiro a reverem seus projetos de desenvolvimento (grande parte financiados com recursos do FMI e Banco Mundial).

A partir desse momento, o Estado é forçado a assinar protocolos que preveem a preservação de áreas de florestas, redução da emissão de gases de efeito estufa, garantir

território as populações tradicionais entre outros, como requisito inclusive para obtenção de empréstimos externos. Nesse contexto, que Becker (2005) vai denominar de “fronteira do capital natural”. Para a autora, a natureza é revalorizada sob dois aspectos: primeiro pela identidade civilizatória e cultura, que dá origem aos movimentos ambientalistas e segundo, pela lógica da acumulação, que percebe a natureza como recursos que deve ser mantido intacto para uso futuro. A figura 1 mapa a seguir demonstra a localização das áreas protegidas cujo destaque ocorre na região amazônica.

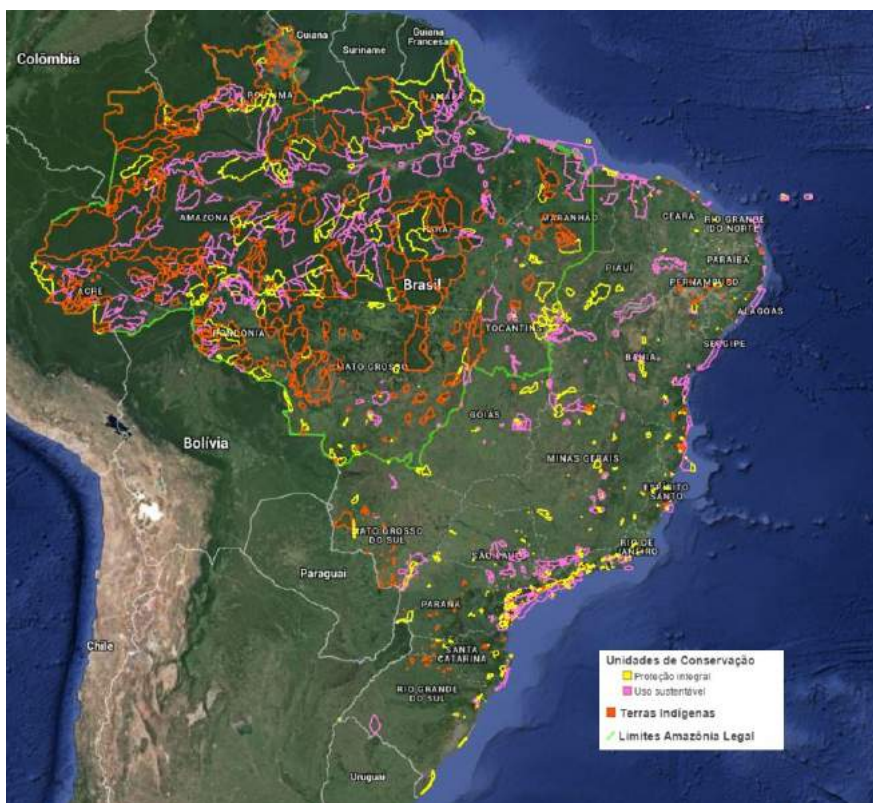


Figura 1: Unidades de Conservação no Brasil (adaptado de ISA, 2015)

Retomando o estudo de caso Amapá, podemos afirmar que a criação das áreas protegidas não garantiram efetivamente o controle absoluto do território. Inúmeras situações de conflitos se fazem presentes inclusive sérias ameaças a natureza e a sociedade envolvida. Segundo Conniff (2018), em artigo publicado no *Jornal Estadão* em parceria com o *The New York Times*, o número de novas áreas protegidas tem aumentado consideravelmente, ocupando quase 15% dos continentes e 5% dos oceanos.

A meta assinada pelos países signatários da Convenção para Diversidade Biológica é atingir 17% da superfície continental e 10% dos oceanos. A crítica é que, a criação delas não tem garantido necessariamente a preservação, ou seja, é um mito. Não se criam áreas de protegidas em detrimento a outras com ambientes mais sensíveis, porém de maior interesse econômico. O trabalho também afirma que países ricos como a Austrália permitiu a exploração de petróleo e gás em um parque marinho de elevado status de preservação.

Ou seja, em muitos casos, as áreas protegidas estão no papel e nos relatórios dos governos e confirma o que Becker (2005) afirmava sobre a transformação da natureza em reserva de valor.

GESTÃO E CONFLITOS NAS ÁREAS PROTEGIDAS NO AMAPÁ

No Amapá, muitas áreas protegidas encontram-se em processos de conflitos com populações que residem em áreas adjacentes, atividades ilegais como garimpo, a pecuária, desmatamento para fins madeireiros entre outros. A fragilidade que os órgãos gestores possuem em termos econômicos e quadro pessoal técnico alimentam a possibilidade de atividades clandestinas nos parques e outras áreas pela escassez de fiscalização. Há também fortes indícios de corrupção envolvendo órgãos públicos estaduais, com destaque recente ao Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) na concessão de licença ambiental para desmatamento e plantio de grãos de áreas de preservação estadual.

O Parque Nacional do Cabo Orange, criado em 1980 possui ainda moradores e atividades econômicas como a pecuária tendo em vista que sua área ainda possui 8% não regularizada em nome do Estado. Disso ocorre frequentemente incêndios e desmatamentos, coleta de ovos de tartaruga e garimpo. Outra atividade de grande impacto é a pesca industrial e predatória na costa marinha que margeia o parque.

Na área próxima ao mesmo foi detectado e leilado para a empresa francesa Total uma bloco na costa oceânica para exploração de petróleo. Com o descobrimento de vida marinha e recifes de corais na área de exploração, o Ministério Público Federal determinou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) revogasse a licença ambiental impedindo o início das atividades. Pela proximidade ao parque, a exploração de petróleo, em caso de vazamento, poderia impactar diretamente o parque.

Segundo Brito (2010), o parque possui 619.000 hectares e apenas 3 profissionais capacitados para monitoramento.

As demais áreas protegidas sob gestão do ICMBio encontram em mesma situação, foram criadas em áreas com algum grau de antropização e com fortes pressões de atividades que já estavam sendo desenvolvidas internamente ou nas áreas adjacentes, o que interfere diretamente (incêndios provocados por atividades humanas, como abertura de áreas de roçados, pecuária bubalina com degradação dos recursos hídricos, contaminação da água e desmatamento por garimpos clandestinos, desmatamento ilegal para exploração madeireira, caça e pesca entre outros).

Aquelas que estão na condição de preservação permanente sofrem mais pressão, uma vez que deveriam estar submetidas a atividade de baixo impacto, como turismo e pesquisa. No Amapá, nas áreas federais, apenas o Parque do Tumucumaque, a Floresta Nacional e Parque do Cabo Orange possuem plano de manejo, os demais encontram-se em fase de construção (BRITO, 2010).

As áreas protegidas sob responsabilidade da SEMA, ou seja, do estado, enfrentam problemas até maiores. A FLOTA, uma área protegida para atividades de exploração sustentável, integra um corredor de biodiversidade que compõe o Parque do Tumucumaque e terras indígenas. Foi criada com fins de minimizar os impactos sobre as áreas de uso restrito. A FLOTA enfrenta problemas de diversas naturezas que vão desde sobreposição com áreas de assentamento, licenciamento para exploração madeireira e até plantio de grãos. Há diversas denúncias sobre grilagem de terras (EULER, 2016).

Em 2017, o Governo Temer, causou indignação nacional e internacional com a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados – RENCA (Figura 2). Ela foi criada na década de 1980 no final dos governos militares, tratava-se de uma grande reserva mineral, que pouco conhecida pela sociedade, passou a ser objeto de intensos debates. A reserva está localizada sobre terras indígenas e outras áreas protegidas. Sua extinção e liberação para estudos e prospecção mineral foi um duro golpe ao discurso de preservação ambiental no país e estado. Decorrente a repercussão e de intensos protestos na sociedade local e comunidade internacional, o governo foi obrigado a recuar, recriando novamente a reserva. Eis a prova material que afirmava Becker (2005) ao afirmar que a Amazônia era a fronteira do capital natural?

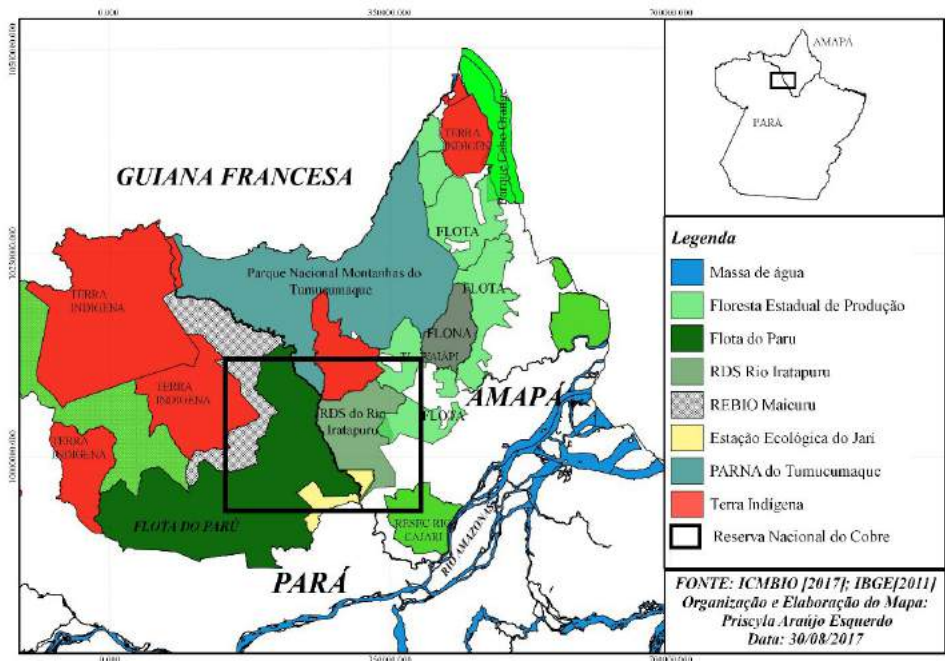


Figura 2 – Localização da RENCA.

Podemos afirmar que as áreas protegidas são um importante passo para uma nova gestão do território e uso dos recursos naturais, porém, a forma como foi ou está implementada retoma a discussão das “reservas de papel” no qual a gestão é pouco eficaz ou quase inexistente. Segundo Euler (2016) para haver de fato a conservação é necessário compor o tripé: regularização fundiária, plano de manejo e conselho gestor, ou seja, a participação da sociedade civil organizada na organização/gestão.

Ainda para Euler (op. cit.), segundo o Tribunal de Contas da União, em 2014, 85% das áreas protegidas da Amazônia apresentavam problemas quanto a regularização fundiária e apenas 61% possuem plano de manejo e assim se incluem as do Amapá. Assim é possível perceber o longo caminho a percorrer para uma gestão dos recursos naturais mais eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário, nessas considerações, responder (ou pelo menos tentar) o papel das áreas protegidas no Amapá. Afinal: “Preservar/proteger o que/de quem, para que/para quem?” “protegemos ou preservamos de nós/ou para nós?”.

O Estado brasileiro foi eficiente no sentido de criar áreas protegidas em um momento que a sociedade mundial pedia maior conservação e cuidados com a natureza. No entanto, a gestão as áreas protegidas a nosso ver ainda continuam vistas como recursos materiais para o futuro. O caso RENCA não deixa muitas dúvidas.

Portanto, uma sociedade que queira discutir a preservação do ambiente deve primeiramente construir os mecanismos para isso assim como cobrar para que seja respeitado a participação social. A ocupação direta nos conselhos gestores e na construção de um plano de manejo adequado é vital.

No Amapá, apesar do discurso generalista de anti-desenvolvimento que as áreas de proteção representam (por não permitir a exploração total da terra), inúmeras atividades, se bem geridas poderiam promover ganhos para a sociedade sem a degradação do ambiente. As atividades extrativas (coleta de produtos da floresta) vem ganhando destaque com agregação de valor. Produtos como castanha-do-brasil e seus subprodutos geram renda considerável para famílias, da mesma forma a cultura do açaí, agora inserido no mercado internacional obteve preços bastante elevados nos últimos anos. São produtos típicos da floresta, que só existem com um ambiente minimamente preservado.

Outra importante fonte econômica para o Amapá a ser aplicado nas áreas protegidas é o turismo sustentável (ecoturismo). Mesmo o Amapá estando localizado na Amazônia, com grau de preservação considerável e possibilidades únicas para tais atividades, ainda é explorado de forma rudimentar e sem apoio público ou interesse privado.

Além disso, a floresta amazônica ainda é pouco estudada, catalogada e pesquisada. Reconhecida mundialmente por suas riquezas naturais, poderiam as áreas protegidas receberem mais recursos do Estado e instituições de pesquisa para fins de geração de conhecimento e estudos sobre a capacidade genética da mesma, especialmente no ramo de medicamentos fármacos e cosméticos.

Na contramão disso, o poder público nos últimos anos vem incentivando atividades predatórias, como a produção de grãos via “pacote tecnológico” das empresas estrangeiras de sementes, venenos e comercialização, a exploração madeireira via “concessão florestal”, pela exploração hidrelétrica com a construção de represas além da atividade mineral, já tradicional na região.

A discussão sobre o papel das áreas protegidas não se esgotam numa análise de ordem geopolítica superficial como essa. Apesar dos inúmeros desafios futuros, entendemos que o

Amapá pode (ou poderia) se tornar uma referência para o desenvolvimento socioeconômico a partir da sua biodiversidade. Mesmo que pareça utópico, os modelos tradicionais de acumulação há tempos demonstram sinais de crise ou de superação. A produção de energia renovável (e sustentável) hoje já não deveriam mais passar pela construção de novas hidrelétricas ou perfuração de novos poços de petróleo, mas sim pelo aproveitamento da radiação solar, energia eólica e biomassa.

A biodiversidade poderia gerar, com pesquisas, novos produtos farmacêuticos, cosméticos entre outros, com valor agregado. A revalorização da cultura tradicional, como produtos agrícolas e agroflorestais a partir do seu beneficiamento gerando contudo um outro mercado, não dominado pelo grande capital, mas sim, por uma sociedade realmente preocupada com bem-estar e qualidade de vida. Ou seja, pensar um outro mundo possível. Pensar as áreas protegidas portanto, deve ir muito além de meros recortes territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Presidência da República. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão da unidade e conservação**: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. 2010. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Para. 2010.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

CAMPOS, R. Jr. A. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira – AP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. São Paulo: Expressão Popular, 2013 a 2016.

CONNIFF, R. O mito da área de proteção ambiental. **Jornal Estado de São Paulo**, The New York Times. (2018). <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,o-mito-da-area-de-protecao-ambiental>. Acesso em 14/06/2018.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EULLER, A. M. C. Floresta Estadual do Amapá: uma Unidade de Conservação sob ameaça. In: LOMBA, Roni Mayer; RANGEL, K. S. (Org.) ; SILVA, G. G. (Org.) ; SILVA, M. G. (Org.) . **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. vol 2. 1. ed. Macapá: Editora Universidade Federal do Amapá, 2016. v. 1. 226 p.

ESQUERDO, P. A. **Comunidade de Boa Vista da Pedreira**. Conflitos pela terra frente à expansão da fronteira agrícola. 2018. TCC (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Amapá, 2018.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? IEPE, 2003.

GOLDENSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP-FFLCH, 1982. p.21-47. n.01.

GONÇALVES. C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acessado em: maio 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Área incorporada ao programa nacional de reforma agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9609>. Acesso: 30/01/2017.

ISA. 2015. **Mapa das unidades de conservação do Brasil**. Instituto Socioambiental - ISA. Disponível em <http://uc.socioambiental.org/mapa>, acessado em 01 de outubro de 2015.

LIMA, R. A. P. Agricultura camponesa e dinâmica de ocupação do Território no Estado do Amapá. In: PORTO, J. L. R. **Amapá**: aspectos de uma Geografia em construção. Macapá-AP: Jadson Porto, 2005. p. 35-57. (Série percepções do Amapá, volume 1).

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. **O crédito rural na agricultura familiar no estado do Amapá**. Informe Gepec, UNIOESTE, Campus Toledo, Cascavel - PR, v. 18, n. 2, p. 20-36. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/10478>>. Acessado em: maio 2015.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo, Contexto: 2009.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo-SP, 2005.